

GLOBALIZAÇÃO

Seminário destaca os direitos humanos

Paulo Paiva
de Brasília

O papel dos direitos humanos na agenda internacional, com o fim da Guerra Fria, adquire cada vez mais importância como referência no processo de transformações sociais em escala global, substituindo a ideologia que reinou até o início dos anos 90.

Em consequência disso, pelo fato de cobrir o todo o espectro das demandas sociais mundiais, como as reivindicações por melhor alimentação, educação e saúde, o tema deve ser o eixo central, no âmbito das Nações Unidas, como elemento na solução dos conflitos.

Essas ponderações foram feitas ontem, por videoconferência, pelo embaixador do Brasil junto à ONU, Gélson Fonseca, no seminário Operadores do Direito Internacional dos Direitos Humanos, no Itamaraty, aberto pelos ministros da Justiça, Miguel Reale Jr. e das Relações Exteriores, Celso Lafer. Para Fonseca, sem a perspectiva dos direitos humanos "nada se resolve" em termos de solução de conflitos, numa referência tácita a países como os Estados Unidos que defendem políticas militaristas para resolver problemas como o terrorismo.

O diplomata lembrou que o Conselho de Segurança da ONU atuou na solução de conflitos a partir da perspectiva dos direitos humanos, como no Iraque, Haiti, Somália e Timor Leste. "O aperfeiçoamento das condições na área de direitos humanos é garantia para a paz", afirmou Gélson Fonseca. Ele citou também como fato importante a criação do Tribunal Penal Internacional, que começa a funcionar em julho próximo e que estabelece procedimentos para julgar autores de violações aos direitos humanos.

O embaixador lembrou das disparidades entre países e a necessidade de se resolver problemas prementes como melhores condições de vida e saúde, agora sem o viés ideológico, mas como fator para garantir uma paz permanente. Esse debate permanente na agenda internacional contribui também para transformar a agenda interna dos países, completou o diplomata.

O embaixador Gilberto Saboia, subsecretário-geral de Política Bilateral do Itamaraty, afirmou que, com o fim da confrontação bipolar dos tempos da Guerra Fria, possibilitou-se a criação de processo para a solução consensual de problemas globais.

Assim, no campo dos direitos humanos, nos últimos doze anos, proliferaram temas como direitos da mulher e da criança, racismo, direitos das populações, meio ambiente etc. No plano interno, houve avanço nos últimos quinze anos, em especial na última década, quando o Brasil aderiu a todas as convenções na área de direitos humanos, rompendo reserva existentes até 1985, quando acabou o regime militar.

Segundo Miguel Reale Jr., o Brasil precisa adotar as experiências internacionais bem-sucedidas na defesa e promoção dos direitos humanos. Para ele, um dos aspectos positivos da globalização é a capacidade de difusão dos direitos humanos.

"Essa seria a grande vantagem do processo de globalização, na medida em que os valores da pessoa humana acabam por se universalizar". Instituições como a Corte e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o Tribunal Penal Internacional, contribuem de forma decisiva para essa universalização, disse.

O evento, que se encerra hoje em Brasília, é promovido pelo Ministério das Relações Exteriores em parceria com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, do Ministério da Justiça.

O seminário é voltado para pessoas que estão envolvidas com o sistema internacional de proteção aos direitos humanos. Estão participando diplomatas, acadêmicos, representantes da sociedade civil e de órgãos governamentais.